

TRAJETÓRIA DO PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR: EIXO GERADOR DE DINÂMICAS ALIMENTARES, EDUCACIONAIS, GASTRONÔMICAS E AGROECOLÓGICAS

Trajectory of the Project Educating with the School Garden: Axis Generator
of Food Dynamics, Educational, Gastronomic and Agroecological

Ludgero Rêgo Barros Neto*

Renato Linhares de Assis**

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio***

Resumo: O objetivo é apresentar a trajetória de desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar (PEHE) em Carinhanha/BA, como instrumento estratégico e multidisciplinar de desenvolvimento pedagógico/curricular na educação fundamental; dinâmicas alimentares saudáveis; gastronômicas; práticas agroecológicas (escolas/comunidades) entre 2008/2011. Utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa, bibliográfica e estudo de caso, para coleta de dados grupo focal, entrevista e questionário. Os resultados mostram avanço do PEHE no desenvolvimento da educação (IDEB); mudança alimentar; e o baixo impacto de práticas agroecológicas na região. Concluiu-se que houve avanços na qualidade ensino-aprendizado, diversificação do cardápio, melhoria de renda e valorização das mulheres e jovens.

Palavras-chave: Práticas Sustentáveis, Educação Alimentar e Práticas pedagógicas.

Abstract: The objective is to present the development trajectory of the Educating Project with School Garden (PEHE) in Carinhanha/BA, as a strategic and multidisciplinary instrument for pedagogical/curricular development in elementary education; healthy eating dynamics; gastronomic;

Introdução

No Brasil, a desigualdade na distribuição de renda e as deficiências nos sistemas educacionais tem afetado diretamente o seu desenvolvimento (GOLDEMBERG, 1993). Ao associar esses problemas a população de 211 milhões de habitantes (IBGE, 2020), percebemos o quanto o desenvolvimento do país está diretamente ligado a melhoria e a qualidade da educação (GADELHA, 2017). Pois, a negação da educação no Brasil advinda desde o império e a república, contribuíram para tornar a educação um desafio de proporção nacional. No entanto, as primeiras soluções reais para solucionar os desafios da educação no Brasil aconteceram na Constituição de 1988, ao prever a educação como “direito de

* Doutorando em Economia. Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: ludgeroneto40@hotmail.com.

** Doutor em Economia. Professor e Pesquisador da UFRRJ/EMBRAPA Agrobiologia. E-mail: renato.assis@embrapa.br.

*** Doutora em Ciências Sociais. Professora e Pesquisadora da UFRRJ/EMBRAPA Agrobiologia. E-mail: cristhiane.amancio@embrapa.br.

agroecological practices (schools/communities) between 2008/2011. The methodology used was a qualitative, bibliographical and case study approach for data collection, focus group, interview and questionnaire. The results show that PEHE advances in the development of education (IDEB); food change; and the low impact of agroecological practices in the region. It was concluded that there were advances in the teaching-learning quality, menu diversification, income improvement and valorization of women and young people.

Keywords: Sustainable Practices, Food Education and Pedagogical Practices.



todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988).

Assim, a ideia de educação como direito de todos, proposta na Carta Maior, foi de fundamental importância para a garantia de uma série de direitos que se fundamentaram através de políticas públicas, programas e projetos, como exemplo, a necessidade em garantir o direito à permanência e a alimentação escolar aos estudantes. Essa garantia iniciou em 1969, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um órgão gerenciador, que garante o financiamento da educação pública promovida pela união e a assistência financeira aos demais entes federativos e estabelecimentos particulares do país (BARROS NETO *et al.* 2014a). Criando um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma estratégia para o financiamento suplementar da alimentação escolar dos estudantes da rede pública básica de ensino, da educação fundamental ao ensino médio e EJA, com no mínimo uma refeição diária durante todo o ano letivo (BRASIL, 2009).

O PNAE também é reconhecido como um dos maiores programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, sendo referência para muitos países, uma vez que tem como objetivo ofertar alimentação de qualidade, a fim de garantir o direito à alimentação escolar de todos os estudantes

matriculados na educação básica de escolas públicas brasileiras, e de promover a saúde e a construção de hábitos alimentares saudáveis. Este programa sofreu diversas mudanças ao longo de sua existência, um dos avanços mais importantes conquistados foi a implementação da Lei nº 11.947/2009, que coloca a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como eixo norteador do programa, o qual promove diferentes estratégias educativas para a transformação duradoura das práticas alimentares (BRASIL, 2009).

Em 1994 com a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), houve grande impacto na condução do PNAE, onde os municípios através das Secretarias de Educação passaram a conduzir a alimentação escolar com orientação de profissionais de nutrição, tornando o processo mais inclusivo. Pois, a inclusão desse profissional no conselho fortaleceu as bases do programa, ampliando a participação social e da própria comunidade escolar na determinação do cardápio e da qualidade dos alimentos (BARROS NETO *et al.* 2014a). Essas experiências, contribuíram para trabalhar a alimentação escolar a partir da “Horta Escolar como Eixo Gerador de Dinâmicas Comunitárias, Educação Ambiental e Alimentação Saudável e Sustentável” (PEHE, 2010, p. 08), uma estratégia de estímulo a participação social e da comunidade escolar na determinação do cardápio. Dessa estratégia, surge em 2005 o acordo de cooperação técnica firmado entre o Governo Brasileiro e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que cria o Projeto Educando com a Horta Escolar (PEHE) (BARROS NETO *et al.* 2014b).

O PEHE é um projeto de governo de âmbito nacional, com a participação dos municípios no processo de execução. Foi elaborado na gestão do ex-presidente Lula (2003 a 2011), com a participação do Ministério da Educação (MEC), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com a colaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os municípios através das Secretarias Municipais de Educação que realizaram as gestões das escolas (PEHE, 2010).

Dado que, as escolas são espaços ideais para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de práticas saudáveis e sustentáveis. O PEHE surge com a finalidade de transformar a cultura alimentar e nutricional dos estudantes de acordo com a própria realidade local, promovendo a discussão de temas transdisciplinares de acordo com a vivência pessoal proposta pela Educação Popular de Paulo Freire, onde a horta passa a ser o objeto responsável por promover nas escolas as práticas ambientais, pedagógicas e nutricionais (REBRAE, 2010).

Com o objetivo de apresentar a trajetória de desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar (PEHE), a partir do município de Carinhanha-BA,

como um instrumento estratégico e multidisciplinar para a promoção do desenvolvimento das estratégias pedagógicas e curriculares na educação fundamental (1º ao 9º ano); dinâmicas alimentares saudáveis; da estratégia gastronômica de produção, conservação e formação e das práticas agroecológicas desenvolvidas nas hortas escolares e com os agricultores familiares em Carinhanha no período de 2008 a 2011. De tal modo, esta proposta justifica-se pela necessidade em compreender a trajetória tomada pelo projeto ao longo dos 15 anos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: esta introdução ao Projeto Educando com a Horta Escolar (PEHE); em seguida vem a metodologia; os resultados e discussões, estruturado em quatro partes onde propomos tratar os conceitos trabalhados no projeto que são: Política e Desenvolvimento; Educação e Currículo Escolar; Nutrição e Alimentação Saudável e, Meio Ambiente e Horta escolar, na sequência finalizamos com as conclusões e agradecimentos.

Metodologia

A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa para compreender fatos e fenômenos, classificados como sociais e de natureza, levando em consideração o sujeito histórico-social (SANTOS *et al.*, 2000, p. 01). Realizou-se a revisão bibliográfica para aperfeiçoar os conceitos e a compreensão dos temas abordados (GIL, 2002, 2008). Além disso, utilizou-se o estudo de caso desenvolvido em três comunidades rurais: Angico (Ribeirinha), Barra da Parateca (Quilombola) e Agrovila 15 (Reforma Agrária), no município de Carinhanha, localizado no território do Velho Chico, no Oeste da Bahia. Na escolha da amostra, utilizou-se critérios defendidos por Ressel *et al.* (2008, p. 04), onde dizem que “a amostra deve ser intencional, determinada pelo objetivo do estudo em um grupo o mais homogêneo possível”. Neste contexto, foram escolhidas 03 escolas definidas pelas secretarias de educação, e 11 alunos indicados pelos diretores, desde que seus pais tivessem participado de alguma das atividades durante a realização do projeto.

O trabalho trata-se de um estudo de caso, que segundo Graham (2010), é um método de pesquisa que estrutura e compartilha experiências distintas ao revelar desafios e oportunidades vivenciadas pelas organizações, grupos e indivíduos, para identificar ações e práticas pioneiras aprendidas para gerar respostas e conhecimentos a situações semelhantes no futuro. Para a coleta de dados, utilizou-se diversas técnicas como: grupo focal (fonte principal), observação participante, questionário, análise documental e entrevista de forma complementar.

O grupo focal representa “uma fonte que intensifica o acesso às informações acerca de um fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela

análise e problematização de uma ideia em profundidade” (BACKES *et al.*, 2011, p. 02). Já que o grande sucesso desta técnica é a facilidade em obter respostas em grupos que compartilham da mesma vivência, pois, trata-se de “uma técnica de coleta de dados qualitativos que se dá por meio de entrevistas grupais, apropriada para estudos que buscam entender atitudes, preferências, necessidades e sentimentos” (OLIVEIRA *et al.*, 2008, p. 01). Neste sentido, foram realizados os grupos focais com alunos, mães e pais, com perguntas que versavam sobre temas como: política e desenvolvimento; educação e currículo escolar; nutrição e alimentação saudável e, meio ambiente e horta escolar, desenvolvidos a partir do PEHE em cada comunidade/escola.

Foram realizados três encontros em cada comunidade/escola. Desses três, dois encontros foram destinados ao grupo focal, com duas sessões de aproximadamente 15 minutos em cada grupo, com o objetivo de discutir os temas propostos na pesquisa. Além disso, foram aplicados roteiros que tratavam de aspectos específicos para cada categoria, pais (hortas agroecológicas e meio ambiente), mães (hábitos alimentares, educação e nutrição) e alunos (hábitos alimentares, educação, horta agroecológica e meio ambiente). As atividades aconteceram em horários agendados conforme alinhamento entre os participantes: matutino (alunos), vespertino (mães) e noturno (pais). Assim, as atividades de grupo focal com as famílias totalizaram 09 sub-blocos, com 11 pessoas em cada categoria, ou seja, em cada comunidade/escola tinha 01 bloco contendo 03 sub-blocos de 11 pessoas/categorias (alunos, mães e pais), desse modo a pesquisa teve a participação de 108 entrevistados envolvidos com o PEHE.

Para avaliar a evolução do PEHE, de 2008 a 2011, em novembro de 2012 foram realizados os primeiros encontros nas comunidades e na sede do município com a realização de entrevistas individuais (diretores, professores e coordenadores tratando de temas como: desempenho escolar, currículo escolar, gestão do PEHE, alimentação e nutrição, políticas públicas, meio ambiente e horta escolar), questionário socioeconômico (com pais agricultores familiares e chefes de família) e observação participante das atividades durante a realização da pesquisa. Além disso, foi realizado uma análise documental dos materiais desenvolvidos pelo PEHE (cadernos de orientação para coordenadores) e nas escolas (materiais didáticos desenvolvidos com os professores).

Para validação dos dados primários extraídos na pesquisa sobre a execução do PEHE no município de Carinhanha-BA, foram utilizados dados secundários sobre o desempenho da educação no ensino fundamental do banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Assim, após a finalização da pesquisa

foram realizadas as transcrições dos dados por meios digitais, como editor de texto e planilha eletrônica, a fim de instrumentar e facilitar a análise das informações, as quais foram transformadas em textos, tabelas e figuras, com a finalidade de subsidiar as respostas aos problemas e aos objetivos da pesquisa juntamente com dados secundários do PEHE.

Política e desenvolvimento

O Projeto Educando com a Horta Escolar possui como fundamento base a horta escolar, esta por sua vez tornou-se uma estratégia para promover a educação, currículo escolar, meio ambiente, desenvolvimento de hortas escolares, promoção da alimentação saudável e melhoria do estado nutricional dos alunos. Portanto, a horta no ambiente escolar é um verdadeiro eixo gerador de práticas pedagógicas, ao tempo que promove a dinamização do currículo (PEHE, 2010; BARROS NETO *et al.*, 2014a, 2016).

Além de promover a educação de práticas alimentares e sustentáveis dos estudantes, o PEHE também promoveu a formação dos profissionais de educação, meio ambiente e horta, e de nutrição com envolvimento no projeto para o desenvolvimento das estratégias propostas. Dessa forma, além dos interesses agroecológicos, pedagógicos e nutricionais diretos, as formações também garantiram a capacitação de membros da comunidade escolar (merendeiras) já que essas são as responsáveis pela produção de alimentos saudáveis e sustentáveis (BARROS NETO *et al.*, 2016).

A busca por um modelo que atendesse as necessidades de práticas pedagógicas e a dinamização do currículo escolar, ao tempo que discutisse as necessidades ambientais e nutricionais no âmbito escolar, determinou a necessidade de um projeto piloto em três escolas de ensino fundamental da rede pública de ensino em 2006 nos municípios de Santo Antônio do Descoberto (GO), Saubara (BA) e Bagé (RS), escolhidos levando em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), e as realidades sociais, econômicas, culturais e edafoclimáticas (BARROS NETO *et al.*, 2014a).

Os resultados do projeto piloto levaram a direção do PEHE a estruturar o projeto em coordenações, com representações nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Horta Escolar e Nutrição, e seu sucesso levou a ampliação das coordenações nacionais (formuladores), estaduais (assessores) e municipais (executores). Esse modelo proporcionou que as orientações e assessorias seguissem uma rotina dentro e fora das escolas (Quadro 1).

Quadro 1. Estrutura do Projeto Educando com a Horta Escolar

Área	Educação	Meio ambiente e horta escolar	Nutrição
Nacional	Coordenador Nacional de Educação	Coordenador Nacional de Meio Ambiente e Horta Escolar	Coordenador Nacional de Alimentação e Nutrição
Estadual	Coordenador Estadual de Educação	Coordenador Estadual de Meio Ambiente e Horta Escolar	Coordenador Estadual de Alimentação e Nutrição
Municipal	Coordenador Municipal de Educação	Coordenador Municipal de Meio Ambiente e Horta Escolar	Coordenador Municipal de Alimentação e Nutrição

Fonte: Barros Neto *et al.* (2016).

As experiências do projeto piloto (PEHE) proporcionaram cinco resultados considerados positivos: (I) mudanças nos hábitos alimentares dos alunos; (II) adaptações dos cardápios às especificidades regionais, inclusive no que diz respeito à inclusão de hortaliças oriundas da produção de agricultores familiares no cardápio escolar; (III) aumento do número de projetos de Educação Ambiental; (IV) melhoria da qualidade do trabalho pedagógico dos professores; e (V) melhor desempenho dos alunos no que se refere à aprendizagem (PEHE, 2010; BARROS NETO *et al.*, 2014a).

Para melhor gerenciamento do projeto, nos aspectos de logística (translado), trabalho (atuação das coordenações), formação dos agentes e o compartilhamento das experiências, o PEHE foi dividido em polos, e a maneira em que o projeto expandia esses polos ganhavam novas estruturas para adaptar-se as realidades locais. Assim, em 2009 o PEHE foi ampliado para mais 57 e em 2010 para 77 municípios brasileiros, mais alguns países da América latina e Caribe (PEHE, 2010). A demanda por ampliação e os resultados do projeto TCP/BRA/3003 (acorde de cooperação), levou a coordenação nacional a produzir materiais didáticos pedagógicos para a orientação dos trabalhos no ambiente escolar.

Os materiais didáticos tornaram-se uma rede de informação que chegavam à comunidade local e escolar. Os resultados dessas informações, durante a execução do projeto, estimularam a agricultura familiar local a venderem seus produtos as escolas que tinham bastante demanda, já que mudará o modelo de alimentação, antes industrializada e agora a base sustentável com alimentos regionais, fortalecendo o Mercado Institucional de Alimentos, entre agricultura familiar e as escolas por meio das divisões de merenda escolar das Secretarias Municipais de Educação, com recurso do FNDE. (PEHE, 2010; BARROS NETO *et al.*, 2014a; 2014b).

O sucesso da compra institucional de Alimentos está diretamente ligado a Lei nº 11.947/2009, cuja trata do “atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica”, mas, especificamente

ao art. 14 que determina o mínimo de 30% dos recursos do PNAE destinados a alimentação escolar seja adquirido da agricultura familiar, essa medida tornou-se um precursor ao desenvolvimento econômico nas comunidades locais (BRASIL, 2009; BARROS NETO *et al.*, 2014a; BARROS NETO; SOUZA, 2018).

Em 2011 houve uma tentativa de ampliação a nível nacional, com a utilização de plataforma EAD (*on-line*). No entanto, não houve a renovação do termo de cooperação do TCP/BRA/3003 “Projeto Educando com a Horta Escolar (PEHE)”. Assim, em 2012, a proposta ganha novo formato, a partir dos termos de cooperação técnica FNDE/UnB nº 8990/2011 e FNDE/UnB nº 14691/2012 entre o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), desenvolvida com base nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) cria o Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia (PEHEG) (POMPEU *et al.* 2013).

Com enfoque na gastronomia, o PEHEG possui como finalidade a valorização dos ingredientes, receitas regionais, técnicas culinárias de preparo de alimentos, experiência de sabores, aromas das refeições preparadas para crianças, adolescentes, jovens e adultos de escolas atendidas pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e a comunidades do seu entorno. Desse modo, em 2012, o PEHEG selecionou 175 municípios nas 05 regiões do país, objetivando a formação estratégica de agentes multiplicadores, capacitando em torno de 50 profissionais entres diretores, professores e merendeiras (REBRAE, 2013; BARROS NETO *et al.*, 2014a).

Em 2013, o PEHEG formou cerca de 1.500 agentes multiplicadores entre 300 municípios em todo o país, encerrando a proposta inicial do convênio. Observa-se que tanto o PEHE, quanto o PEHEG são projetos, vinculados a programas governamentais ou de cooperação técnica. No entanto, apesar das contribuições desses projetos para a educação, currículo, meio ambiente, hortas escolares, promoção da alimentação saudável e melhoria nutricional dos estudantes, a mudança nas estruturas de gestão nesses órgãos pode pôr em risco a continuidade dos projetos.

Neste sentido, em 2015 foi proposto o projeto de lei (PL) 3909/2015 que busca garantir nas escolas públicas da educação básica áreas destinadas à implantação de hortas escolares, com orientações sobre a produção agrícola, o desenvolvimento sustentável e os hábitos alimentares saudáveis de forma que sua produção seja uma complementação a merenda escolar. Atualmente, o PL 3909 encontra-se em tramitação na câmara dos Deputados (BRASIL, 2020).

Observou-se que a última tramitação aconteceu em 2019, e que com a crise provocada pelo vírus Sars-COV-2, popularmente conhecido por COVID 19, tem afetado a todos. Acredita-se que os trâmites podem estar sendo dificultados em virtude da pandemia, e que em breve os trabalhos voltarão e serão discutidas pelas comissões para conclusão das tramitações exigidas. Em seguida, trataremos da educação e currículo escolar.

Educação e Currículo Escolar

As reflexões sobre o papel da educação, inseridas das ideias da educação popular e transformadora de Paulo Freire, contribuíram para compreender as ações políticas pedagógicas no ambiente escolar, acalorando o debate sobre a função da escola, do professor, do currículo e das metodologias utilizadas. Assim, buscava-se melhorar a qualidade do ensino e a formação crítica dos indivíduos. (PEHE, 2007; 2010; BARROS NETO 2014a).

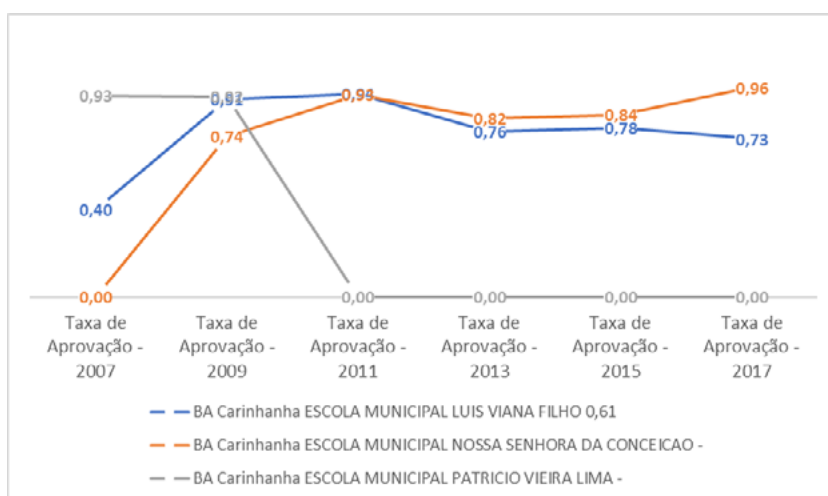
Neste contexto, a Horta como eixo dinamizador de práticas pedagógicas tornou-se uma estratégia do PEHE para discutir diversos temas importantes na comunidade escolar, entre eles a formação continuada e o currículo escolar. Assim, uma das estratégias do projeto para melhorar a qualidade do ensino nas escolas de ensino fundamental foi a formação continuada de coordenadores, professores, gestores escolares e merendeiras, uma vez que o fluxo contínuo de formação e capacitação dos agentes são responsáveis pela qualidade da educação.

Deste modo, a estruturação do projeto Educando com a Horta Escolar em coordenações Nacional, Estadual e Municipal, de forma tripartite e paritária em seu segmento (Educação, Nutrição e, Meio Ambiente e Horta), foi de fundamental importância para o envolvimento da comunidade escolar no desenvolvimento das práticas pedagógicas e das formações coletivas estruturadas em polos, facilitando as discussões e trocas de experiências e conhecimento (BARROS NETO *et al.*, 2014b).

Igualmente, o município de Carinhanha tornou-se um dos polos de formação do projeto na Bahia. Esses espaços de formação continuada não promoveram apenas encontros e formação de pessoal, mas discutiram temas inovadores para o trabalho como conceitos de cooperação, autonomia, profissionalismo, criatividade e trabalho coletivo. Bem como, a reflexão sobre os saberes e o currículo escolar como “instrumento de construção das identidades sociais filosóficas, antropológicas e enquanto práxis representa a função socializadora e cultural da educação”. (PEHE, 2010, p. 41).

Portanto, o currículo é um instrumento interdisciplinar imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, já que promove reflexões e ressignificações do fazer pedagógico proporcionando diversas formas de participação e construção do conhecimento (PEHE, 2007). Dessa maneira, o envolvimento de pais, alunos, professores, servidores e gestores, melhoram a gestão, tornando as decisões participativas (BARROS NETO *et al.*, 2014a). Abaixo apresentamos os indicadores de desenvolvimento, a partir de uma análise do currículo trabalhado nas escolas com a horta, observando que no período de 2008 a 2011, momento das ações do projeto nos municípios, houve uma ligeira alta nos resultados das escolas pesquisadas, com exceção da Escola Patrício Vieira que não declarou após 2009 (Figura 1).

Figura 1. Indicadores de Desenvolvimento Escolas Municipais em Carinhanha



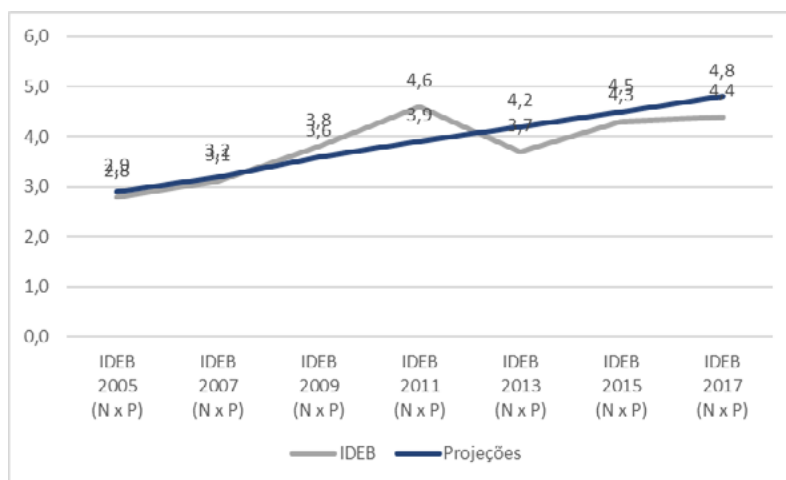
Fonte: INEP (2019).

No contexto do Projeto Educando com a Horta Escolar, observa-se que durante as atividades da horta nas escolas a partir de 2008, a inserção da horta nos currículos como instrumento multidisciplinar que trabalha diversos temas de forma transversal como: ciências, tecnologias, línguas, matemática, geografia, história, letramento, entre outras, realizadas de maneira contextualizada através da interdisciplinaridade, proporcionou o resultado de nivelamento da educação entre as escolas no município, apesar de não ter dados para o período da Escola Patrício Vieira.

Logo, a transversalidade proposta nos currículos através da horta escolar, proporcionou aos alunos práticas pedagógicas que assimilam o conhecimento e melhoram os resultados individuais e consequentemente os índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) de Carinhanha, ao apontar a significância do

currículo para o desenvolvimento educacional municipal no período 2008 a 2011 (Figura 2) quando o PEHE se tornou Política Pública local.

Figura 2. IDEB Projetado e realizado em Carinhanha



Fonte: INEP (2019).

O gráfico acima mostra que no período de 2008 a 2011 as ações do projeto influenciaram o IDEB realizado do município, que ficou acima do IDEB projeto, mostrando que as atividades do currículo promovem a melhoria do ensino nas comunidades. Pois, a participação da comunidade na construção do currículo promove o conhecimento e fortalece as diretrizes da escola, e quando essas concepções estão sendo instrumentalizadas e inseridas pela própria comunidade escolar nos seus Projetos Políticos e Pedagógicos (PPP) refletem os desejos das escolas ao mostrar suas autonomias e dignidades (PEHE, 2010; BARROS NETO *et al.* 2014a).

Nutrição e Alimentação Saudável

Atualmente, a “alimentação saudável” assume um sentido muito mais amplo, envolvendo aspectos sociais, econômicos e culturais, sendo a realização de um direito humano básico com a garantia ao acesso permanente e regular, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Atender ainda aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis (SCARPARO, 2016).

A alimentação saudável ainda é um grande desafio para a sociedade mundial, as discussões sobre escassez, desperdícios e excessos são temas longe de ter soluções, pois há países que discutem obesidade nas mais diversas formas, outros tentam controlar os desperdícios ao longo de sua cadeia produtiva e outros vivem a escassez por não ter alimentos suficientes para alimentar as suas populações. Neste contexto, a ONU tem dado grandes contribuições ao propor formas alternativas da própria sociedade promover seus alimentos, a exemplo dos alimentos agroecológicos (IFOAM, 2019).

No Brasil, essa situação é controversa, mesmo sendo considerado um país de base econômica agrícola e apresentar altos índice de produtividade de alimentos, o direito à alimentação de seu povo só foi institucionalizada na constituição de 1988, no artigo 06, e garantida como direito social na emenda constitucional 047/2003. Mesmo com todos os direitos oficializados, estudos recentes apontam a inadequação nutricional e alimentar dos brasileiros (BARROS NETO *et al.*, (2016).

Portanto, o país tem acompanhado uma inversão nos padrões da distribuição dos distúrbios nutricionais apresentados por sua população. Há alguns anos, o principal enfrentamento nutricional do país era o da fome e da desnutrição, hoje a prevalência de obesidade tem crescido ano após ano de forma alarmante. Este padrão tem sido sustentado pela mudança de hábitos alimentares do brasileiro, que migrou de uma situação de escassez alimentar e de desnutrição, para a realidade de más escolhas alimentares, nas quais os alimentos cada vez mais processados com altos índice calóricos, ricos em açúcares simples, sódio e gorduras, associados ao aumento da renda média e ao surgimento de modos de vida mais sedentários, resultaram no aumento de peso médio da população e Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (CECANE UFRGS, 2017).

E por se tratar de necessidade humana básica, o PEHE juntamente com a FAO, através do PNAE, buscaram introduzir estratégias que pudessem contribuir com a mudança de hábitos alimentares dos escolares (PEHE, 2008), uma vez que a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional de crianças e adolescentes durante o processo de ensino e aprendizado pode proporcionar diversos resultados, como a melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvimento de práticas saudáveis e o fortalecimento do currículo escolar (BARROS NETO *et al.*, 2016).

Dessa forma, o PEHE, visando o atendimento das necessidades alimentares e nutricionais nas escolas dos municípios, orientou os coordenadores locais nas atribuições a serem desenvolvidas nas escolas (Quadro 2).

Quadro 2. Atribuições do Coordenador Municipal de Nutrição

Atribuições
Fundamentação técnica das ações multiprofissionais e transdisciplinares do projeto, sobre temas de alimentação e nutrição;
Melhoria contínua da execução municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio das formações, discussão conceitual e operacional no ambiente escolar, aproveitamento da produção da horta no preparo das refeições;
Repensar a comercialização de alimentos saudáveis nos ambientes escolares e em seu entorno;
Proposição e articulação para realização de diagnóstico nutricional dos escolares;
Corporação à política pública em saúde das atividades pedagógicas e outras ações planejadas a nível comunitário, por seu caráter de educação em saúde, princípio norteador do Sistema Único de Saúde;
Elaboração e seleção de materiais didáticos, e a realização de formações e acompanhamentos sistemáticos de educadores e cozinheiros, bem como a articulação com gestores e o atendimento a outros públicos específicos de interesse;
Melhoria contínua da execução municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar
Assessoramento ao Conselho de Alimentação Escolar – CAE e a articulação para organização da agricultura familiar

Fonte: (PEHE, 2010).

Assim, essas atividades nortearam o trabalho da nutricionista, coordenadora municipal de Nutrição no município de Carinhanha-BA, que baseada nas 8 atribuições acima, e tratando das fundamentações técnicas das ações multiprofissionais e transdisciplinares na área de alimentação e nutrição, distribuíram materiais didáticos para a formação dos agentes educadores e cozinheiros, pais, comunidade e organizações. Esses materiais foram desenvolvidos durante a trajetória do projeto de 2005 a 2010, para subsidiar a formação dos envolvidos, além de ser um instrumento de troca de experiência, suporte para formulação de textos novos que enriqueçam a produção e o preparo de alimentos nos municípios. (BARROS NETO *et al.*, 2014b).

O material didático do Projeto Educando com a Horta Escolar, foi dividido em 06 cadernos que tratam dos seguintes temas: 01 - A horta escolar dinamizando o currículo da escola - 2ª Edição; 02 - Orientação para implantação e implementação da horta escolar - 2ª versão; 03 - Alimentação e nutrição – caminhos para uma vida saudável - 2ª versão e 1ª Edição; 04 - Volume I: Aprendendo com a Horta 1 – 06 a 10 anos – Volume 01; 04 - Volume II: Aprendendo com a Horta 2 – 11 a 14 anos – Volume 01 e Mapeamento do Processo de Desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar.

Quanto à execução do PNAE, observou-se pouca participação dessa modalidade no município. No entanto, as ações do projeto conseguiram ampliar a participação da agricultura familiar, fortalecendo as expectativas da coordenação tanto na oferta quanto no desenvolvimento do mercado institucional, conforme a afirmativa a seguir: “[...]na realidade o produtor, ele sabe produzir, ele não sabe comercializar, e essa abertura que teve aqui no mercado, para entregar o produto

dele passou a incentivá-los a produzir, certo! Então (...) ele já sabe que produzindo tem onde entregar produtos” (Coordenador Municipal do Meio Ambiente e horta escolar, abril/2013).

Apesar da abertura do mercado pelo município em 2009, ainda existia um distanciamento muito grande entre a produção e a comercialização. Neste sentido, a prefeitura por meio da Secretaria de Educação promoveu o 1º Seminário Municipal de Agricultura Familiar, objetivando estimular a produção, comercialização e a organização de agricultores para atender as diretrizes da Lei 11.947/2009.

Sendo assim, a pesquisa constatou que dos entrevistados apenas 36% estão afiliados em associação, e apenas 3% a uma cooperativa, destacando a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais com 52%. Apesar disso, todas as escolas pesquisadas apresentaram cardápios diversificados com alimentos da agricultura familiar local, com produtos do tipo banana, beterraba, carne, cebolinha, cenoura, coentro, feijão, melancia, milho, mel, queijo, leite, tomate, entre outros.

Constatou-se que a horta foi a responsável pela mudança alimentar de crianças e adolescentes evidentes na fala: “Nós aprendemos uma boa alimentação, é... com as hortas, primeiro eu não comia é... tipo cenoura, é... beterraba, depois da horta eu vim comer mais” (estudante). Além disso, provocou a mudança de comportamento ao introduzir a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, mostrando os perigos dos produtos industrializados para a saúde, através da leitura e análise de rótulos e reconhecimentos de alimentos, tema primordial para conscientização das novas gerações. Consequentemente, percebeu-se que houve um avanço da conscientização das famílias em relação a alimentação, com o aumento das disponibilidades desses produtos pôr todo o município.

Outras ações articuladas aconteceram em paralelo, objetivando traçar o perfil nutricional e de saúde dos alunos, foi realizado um diagnóstico através de exames médicos por meio de parceria entre as secretarias de educação e saúde, que incorporaram ações de saúde pública nas atividades pedagógicas. À vista disso, além de Carinhanha outros municípios realizaram em 2010 essas ações, chegando a 4.622 alunos de 06 a 14 anos da rede pública municipal (FAO, 2010). Os resultados do diagnóstico colocaram em alerta os pais, professores, alunos e gestores que propunha a criação de política pública municipal, em virtude da demanda levantada, principalmente na saúde pública e saneamento, sem resultados aparentes.

Meio Ambiente e Horta Escolar

As ações do Projeto Educando com a Horta Escolar, voltadas para a área de meio ambiente e horta, buscam primeiramente o apoio das demais áreas, através da produção agroecológica de hortaliças e da conscientização ambiental dos envolvidos. Assumindo o papel fundamental, com a introdução de práticas agroecológicas em atividades educativas, as quais visavam contribuir com as demais coordenações nas mudanças de hábitos alimentares, saúde e qualidade de vida, práticas pedagógicas e na formação de cidadãos conscientes da importância da terra para a vida no planeta (PEHE, 2010).

Por isso, a horta assume um importante papel nas relações pedagógicas dos estudantes, promovendo reflexões e estímulos de responsabilidade sobre o ambiente em que vivem e suas relações com a natureza. Neste contexto, os coordenadores Municipais tiveram a função de orientação de professores, estudantes e funcionários. Além dos agricultores familiares locais que se tornava fornecedora de alimentos, apresentando os conhecimentos e técnicas de produção agroecológicas associadas às estratégias de aprendizagem (PEHE, 2007; 2009; BARROS NETO *et al.*, 2014a).

Partindo das realidades locais (escola e seu entorno), o projeto estimulou as atividades agroecológicas, tanto nas escolas com resultados visíveis quanto nas comunidades, com agricultores familiares (pais) que encontravam no projeto uma saída para a produção agroecológica e comercialização institucional. Buscando entender como era desenvolvida a prática da agricultura de forma geral nas regiões, quais os principais produtos produzidos, as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento da agricultura local e os avanços que eles acreditavam ter conquistado com a chegada do PEHE. (BARROS NETO *et al.*, 2014b).

A pesquisa no município de Carinhanha (BA) apresentou pouca contextualização do projeto com os agricultores familiares (pais de alunos), onde essas comunidades apresentaram relatos de insatisfação, evidente na fala do agricultor: “aqui é tudo com química, (...) é na base, pra matar o mato, é na base do veneno, pra lagarta, (...) é tudo através do veneno (...)”.

Essa fala representa uma síntese das práticas desenvolvidas em três comunidades carinhanhense, onde 85% dos entrevistados afirmam não ter recebido orientações sobre as práticas sustentáveis, e 79% responderam que não utilizam as práticas de adubação verde e de cobertura. Além disso, nestas comunidades o controle fitossanitário da produção, utilizando produtos naturais, é presente apenas por 33% dos entrevistados (Tabela 1), ilustra o percentual de uso de práticas sustentáveis disseminadas através do Projeto e utilizadas pelos agricultores (pais).

Tabela 1. Percentual de uso de práticas sustentáveis disseminadas através do Projeto Educando com a Horta Escolar, utilizadas pelos agricultores (pais).

DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
Utiliza adubação verde ou adubação de cobertura	12%	79%	09%
Utiliza substância natural para o controle de praga	24%	67%	09%
Recebeu alguma orientação a respeito do uso sustentável da terra	06%	85%	09%

Fonte: BARROS NETO *et al.* (2014a)

Os apontamentos apresentados acima nos levaram a evidência da existência de um desequilíbrio ambiental, pelo uso exacerbado de substâncias químicas, a exemplo dos agrotóxicos. No entanto, a confirmação veio nas falas dos entrevistados ao relatarem que, de forma geral, a morte de animais e pássaros estão associados a aplicação desses produtos. A fala do agricultor afirma: “furadan! [...], é um perigo, se colocar um caroço na boca já cai ciscando (...) depois que nasce durante 30 dias, não tem inseto, (...) até passarinho se comer morre”.

Os agricultores relatam que a toxicidade do furadan nas plantações têm apresentado experiências negativas que colocam a vida dos animais e do homem em perigo, por causa do efeito causado por esses agroquímicos ao manipulá-los. Logo, a saída para esses agricultores foi a utilização de produtos naturais como: urina de vaca, manipueira de mandioca, buchinha paulista e mel de fumo para reduzir o uso do agrotóxico. Mesmo assim, não foi constatada nessas comunidades evidências de estratégia agroecológica ou orgânica de produção.

Além da toxicidade por agroquímicos, as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das práticas sustentáveis nestas comunidades foram: à seca extrema (falta de chuvas por 7 meses), problemas fitossanitários, e a falta de assistência técnica. Ficando evidente que a ausência da ação pública agrava cada vez mais a vida do agricultor, o qual não tem acesso às ações de orientação técnica, formação e capacitação.

Observou-se que no quesito interação escola comunidade no desenvolvimento do projeto, principalmente com relação aos pais (homens), foi pouco eficiente, pois, eles consideram a horta como atividade exclusiva do sexo feminino e das crianças, e as atividades escolares como função da mulher. Essa mentalidade inibiu a atuação, ficando os homens apenas com as contribuições indiretas na doação de adubos(esterco), sementes, horas máquinas e implementos. Já as mães consideram a escola como a extensão da casa, conforme o relato a seguir: “(...) vejo a escola como um ambiente familiar! Porque a escola e a família convivem junto! É um lugar pra meu ponto de vista a gente pode mandar as crianças, pra está confiante ali!”

O envolvimento das mulheres e crianças no PEHE mostrou uma aproximação dessas famílias com o desenvolvimento de horta em casa, contribuindo com a diversificação do cardápio. Além disso, fortalece as atividades de campo das famílias com a atuação de mulheres e crianças no plantio e na colheita. Diante disso, constatou-se uma boa interação entre projeto/escola/comunidade principalmente por parte das mães e filhos no envolvimento com a horta, com raras participações dos pais (BARROS NETO, 2014a).

Notou-se que o PEHE influenciou o mercado institucional de alimentos local, incentivando a compra de produtos da agricultura familiar local para as escolas de acordo com a Lei nº 11.947/2009, garantindo o mínimo de 30% dos recursos para que seja utilizado na compra de produtos oriundos da agricultura familiar, preferencialmente agroecológico. Houve também, um estímulo a formação, organização e participação de organizações sociais das comunidades, para o fornecimento dos produtos nas escolas e o aumento da comercialização desses produtos nas ruas e feiras livres do município, constatando o aumento na disponibilidade de produtos oriundos de horas na sede.

Considerações finais

Constatou-se que as estratégias no desenvolvimento do (PEHE) proporcionou um polo de formação continuada no município de Carinhanha-BA para reflexão sobre os saberes, as dinâmicas alimentares saudáveis, a estratégia gastronômica, produção, conservação, formação, práticas agroecológicas, hortas escolares, estratégias pedagógicas e curriculares. Essas estratégias refletiram nos indicadores das escolas pesquisadas, principalmente nas atividades pedagógicas e curriculares, que em 2011 quando alcançou IDEB de 4.6, bem acima da meta proposta pelo MEC.

Nas ações de nutrição, alimentação saudável e gastronomia, constatou-se que a conscientização por meio da formação de professores, pais, merendeiras e estudantes sobre os riscos da alimentação industrial na escola. Também contribuíram para a mudança alimentar de crianças e adolescentes, a incorporação da produção de cereais, hortaliças e frutas locais no cardápio escolar, bem como a formação dos agricultores no processo de comercialização de produtos da Agricultura Familiar junto a mercados institucionais (PAA e PNAE). Ocorreu a valorização do trabalho das mulheres e dos jovens no campo, melhorando a complementação da renda familiar decorrente do acesso a novos mercados. Além disso, proporcionou o diagnóstico em saúde dos estudantes e a parceria entre secretarias de educação e saúde.

As práticas sustentáveis disseminadas através do PEHE não influenciaram diretamente na dinâmica produtiva dos sistemas de cultivos tradicionais dos sistemas de produção da região. Porém, verificou-se a partir da interação das mulheres e jovens com o PEHE, que as práticas proporcionaram impacto na incorporação do cultivo de hortaliças e frutas em áreas próximas das residências, contribuindo para: melhoria da alimentação das famílias; melhoria de renda com diversificação de mercados com novos produtos para venda em feira urbana e nas escolas, melhoria da alimentação nas escolas com a diversificação do cardápio oriundo das comunidades.

Desse modo, observa-se que as transformações ocorridas nas escolas do município de Carinhanha-BA, através do PEHE, estão dentro das diretrizes propostas pelas cooperações FAO/MEC/FNDE (2005 a 2011) que objetivam promover estratégias multidisciplinares de promoção do desenvolvimento pedagógico e curricular na educação fundamental. Propõe dinâmicas alimentares saudáveis, estratégias gastronômicas de produção, conservação e formação, e das práticas agroecológicas desenvolvidas nas hortas escolares e com os agricultores familiares, contribuindo para o avanço da educação e da agroecologia no município.

Referências

- BACKES, D. S.; COLOMÈ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.
- BARROS NETO, L. R. **Análise do desenvolvimento da agricultura de base sustentável no município de Carinhanha – BA: Estudo de caso do Projeto Educando com a Horta Escolar**. 2014. 86 p. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2014a. Disponível em: <http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgao/files/2016> . Acesso em: 20 fev. 2021.
- BARROS NETO, L. R.; ASSIS, R. L.; AMÂNCIO, C. O. G. Análise do desenvolvimento da agricultura de base sustentável no município de Carinhanha – BA: Estudo de caso do Projeto Educando com a Horta Escolar. *Cadernos de Agroecologia*, v. 9, n. 4, p. 1-12, 2014b.
- BARROS NETO, L. R.; ASSIS, R. L.; AMÂNCIO, C. O. G. Dinâmicas alimentares saudáveis, a partir de práticas de inclusão sócioprodutivas sustentáveis em ambiente escolar: Estudo de caso do Projeto Educando com a Horta Escolar. *Cadernos de Agroecologia*, p. 1-12, 2016.
- BARROS NETO, L. R.; SOUZA, A. L. Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável: Aquisição de gêneros alimentícios na modalidade compras institucionais da agricultura familiar. *Revista GeoPantanal*, v. 13, p. 25-36, 2018.
- BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei 3.909/2015**. Brasil, DF. Dispõe sobre a implantação de hortas nas instituições de ensino públicas da educação básica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2074414>. Acesso em: 08 set. 2020.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, DF, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas da População. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Brasil, DF. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 28 set. 2019.

CECANE UFRGS. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Cartilha do Curso Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar**. [Org. Ana L. S. Scarparo e Tania B. I. Marques] Porto Alegre/RS, 2017.

FAO Brasil. **FAO no Brasil (2010)**. Memória de Cooperação Técnica (s/d). Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/LivroFAOBrasilMemoriaCooperacaoTecnica.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2014.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Educação no Brasil: Desafios e crise constitucional. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 28. n. 1 (51), jul. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, mai./ago. 1993.

GRAHAM, A. **Como escrever e usar estudo de caso para ensino e aprendizagem no setor público**. Brasília: ENAP, 2010. 214p. (ENAP. Estudo de caso).

IFOAM. Organics International. **How Organic Agriculture Helps Achieve Sustainable Development Goals**. Germany. 2019 p. 2. Disponível em: <https://www.ifoam.bio/how-organic-agriculture-helps-achieve-sustainable>. Acesso em: 10 set 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017 e Projeções até 2021**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>. Acesso em: 04 set 2020.

OLIVEIRA, N. A., PORTO, A.R., PALMA, J.S., CALCAGNO, N.G.S., FEHN, L. A. C., THOFEHRN, M. B. Contextualizando o Grupo Focal: Técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-CIC, 17., e ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO - ENPOS, 10., 2008, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas, 2008.

POMPEU, M. P.; NUNES, N.; LEITE, S. Transformando a escola com o Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia. **Revista Cenário**, v. 1, n. 1, p. 15214, 2013.

PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR. **A Horta Escolar Dinamizando o Currículo da Escola**. Caderno 1. Brasília: PEHE, 2007.

PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR. **Alimentação e Nutrição – Caminhos para uma Vida Saudável**. Caderno 3. Brasília: PEHE, 2008.

PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR. **Aprendendo com a Horta**. Caderno 4. Volumes 1 e 2. Brasília: PEHE, 2009.

PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR. **Mapeamento do Processo de Desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar**. Volumes 1. Brasília: PEHE, 2010.

PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR. **Orientações para implantação e implementação da Horta Escolar**. Caderno 2. Brasília: PEHE, 2007.

REBRAE. Formação de Agentes para Dinamização da Alimentação Escolar no Espaço Educativo a partir da Gastronomia e Sustentabilidade do Projeto Educando com a Horta Escolar e a gastronomia

(2013). **PEHEG**, 2013. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/editais_publicacoes/educa_horta_2013/Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20-%20PEHEG.pdf. Acesso em: 21 abr. 2014.

REBRAE. Projeto UTF/BRA/067/BRA. **Projeto Educando com a Horta Escolar**. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <http://www.rebrae.com.br/natal/Projeto%20Educando%20com%20a%20Horta%20Escolar.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 779-86, out./dez. 2008.

SANTOS, K. S.; DE MOURA, D. G. Um estudo de caso aplicando a técnica de grupo focal para análise e melhoria de serviço público de emergência odontológica na região metropolitana de Belo Horizonte. **Educ. Tecnol**, Belo Horizonte, v. 5, n.2, p.43-46, jul./dez. 2000.

SCARPARO, A. L. S.; MARQUES, T. B. I.; DEL PINO, J. C. Ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar. *In*: BOFF; BUSNELLO. **Educação para a saúde**: diálogos nos diferentes cenários de práticas educativas. Ijuí (RS): Editora UNIJUI, 2016.